



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0006606/2022-19

PORTARIA Nº 2.853/2022
DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022

Designa servidores para gerir e fiscalizar o **Contrato nº 064/2022** firmado entre o Ministério Público de Sergipe e a empresa **TLD TELEDATA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, inciso III da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão 2.038/2008, que determina que sejam emitidas Portarias de designação formal de servidores para acompanhar e fiscalizar os contratos da Administração, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO o as disposições contidas nos arts. 31 e 32 da Portaria nº 876/2015, que regulamenta no âmbito do Ministério Público de Sergipe os procedimentos relativos à contratação de bens, obras e serviços,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na gestão e fiscalização do **Contrato nº 064/2022**, firmado entre o Ministério Público de Sergipe e a empresa **TLD TELEDATA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, que tem como objeto a contratação de serviços de GRUPO ÚNICO, de empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0006606/2022-19

especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para contratação de Solução de Segurança de Endpoints, englobando o fornecimento de todo software, subscrições, instalação, configuração, suporte técnico, treinamento, conforme especificações e condições constantes no termo de referência do Pregão Eletrônico nº 068/2022 e seus anexos, da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLOG da Prefeitura do Município de Aracaju, o qual deverá observar o padrão de qualidade exigido no instrumento convocatório correspondente (edital do Pregão Eletrônico n.º 68/2022 e seus anexos **da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLOG da Prefeitura do Município de Aracaju**), que passam a fazer parte deste contrato, bem como a proposta de preços apresentada pela licitante vencedora do(s) item/grupo abaixo discriminado(s), conforme consta nos autos do Processo n.º 013/2022, com as seguintes atribuições:

I- A Gestão do Contrato será exercida pelo Chefe do Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos, **Sr. Pedro Vinicius Lopes dos Santos, Matrícula 1.692**, responsável por liderar o processo de fiscalização da execução.

§1º Nas ausências e impedimentos do servidor supracitado, os atos administrativos poderão ser praticados pelos demais funcionários que exercem atividades junto ao Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos da Procuradoria-Geral de Justiça.

II- A Fiscalização Administrativa do Contrato será exercida pela Coordenadora do Apoio Administrativo, **Sra. Léa Gomes de Andrade, Matrícula 398**, designada para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos.

§1º Nas ausências e impedimentos da servidora supracitada, a Fiscalização Administrativa ficará a cargo da servidora Elza Lorenza Quaranta Leite Carvalho, Matrícula 1809.

III- A Fiscalização Técnica do Contrato será exercida pelo Coordenador da Divisão de Infraestrutura, **Sr. Diego Garcia Cruz Carvalho, Matrícula 1.634**, designado para auxiliar o Gestor do Contrato na fiscalização técnica do objeto, e nas ausências ou impedimentos, por servidor designado pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério Público de Sergipe.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0006606/2022-19

Dê-se ciência e cumpra-se.

Ernesto Anízio Azevedo Melo
Procurador-Geral de Justiça em Exercício

Expediente assinado eletronicamente por **Ernesto Anízio Azevedo Melo***, em 01/12/2022 12:42:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.



A validade deste documento pode ser conferida no site
<https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0229.0006606/2022-19**.